

## CONFERÊNCIA

### **Pelas ondas do rádio: marchas e contra-marchas- Brasil 1964**

*Maria Aparecida de Aquino /USP*

“Os valores não são ‘pensados’, nem ‘chamados’; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas idéias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e ‘aprendidas’ no sentimento) no ‘habitus’ de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria.”

E. P. Thompson<sup>1</sup>

Segundo a crônica, os brasileiros assistiram “embasbacados” à Proclamação da República.

Posso dizer que sou uma das brasileiras que ouviram, em 1964, “pelas ondas do rádio”, sem compreender, os ecos da instauração daquele que viria a ser um dos mais longos regimes militares da América Latina. O governador de São Paulo, Ademar de Barros, vociferava entusiasticamente enquanto eu buscava fazer a “lição de casa” dos primeiros anos escolares.

A lembrança dessa incompreensão, nunca perdida na dimensão da minha memória, talvez, ao lado de tantos outros fatores, particularmente, o fato de ter vivido parte da juventude sob o tãção opressivo e sufocante do regime pós-64, possa contribuir para explicar as razões de minha busca constante de entendimento dos meandros desse regime, de sua construção/instauração até a sua extinção institucional.

Queremos discutir neste texto alguns aspectos relativos à instauração do regime militar brasileiro a partir de 1964, e que representam questões importantes para o entendimento do caráter que ele viria a assumir.

Fundamentalmente, as questões que nos preocupam neste momento são: O que aconteceu nos idos de março/abril de 1964 e qual foi a cronologia de instauração do regime militar? Qual o caráter do movimento que processou a queda do presidente, constitucionalmente eleito, João Goulart? Como se processou essa derrubada? Que interesses estavam envolvidos?

Há formas variadas de traçar uma cronologia para o recente regime militar brasileiro. E a forma escolhida para datar esse regime carrega consigo um juízo de valor sobre o mesmo, ou seja, não é, nem pode ser, neutra.

Em pesquisa realizada a dois jornais atuantes no período<sup>2</sup>, observamos que cada um deles opta por uma datação inicial em relação ao regime militar.

O ESTADO DE S. PAULO (OESP), para se referir ao golpe de Estado, sempre se utiliza da data de 31 de março de 1964, ou generaliza para o mês de março. Nesse sentido, compreende que as alterações provocadas seriam como elemento divisor de águas o apressado<sup>3</sup> Manifesto do General Olympio Mourão Filho que comandava a 4ª Região Militar de Juiz de Fora, revoltando suas tropas na madrugada desse dia. Dentre os conspiradores civis, os governadores de São Paulo, Ademar de Barros, e de Minas Gerais, Magalhães Pinto, incentivaram essa antecipação.

Na realidade, esta ação foi antecedida, no dia 30, pela de outro conspirador militar: o General Carlos Luís Guedes, comandante da IV Infantaria Divisionária de Belo Horizonte, ao saber que seria afastado de seu posto, reuniu os oficiais de sua guarnição e anunciou que, a partir daquele momento, não iria mais obedecer ao governo federal. Desse modo, "(...)Guedes determinou que soldados fechassem o trânsito na vizinhança de seu quartel-general, prendeu adversários políticos e organizou uma tropa que, batizada de Força Revolucionária, seria enviada a Brasília."<sup>4</sup>

Sabendo da rebelião de seu inferior hierárquico, o General Mourão não teria gostado. Influenciado ou não por ela, entretanto, horas mais tarde, na madrugada do dia 31, Olympio Mourão Filho rebela suas tropas que, nessa mesma noite, seriam comandadas pelo General Antonio Carlos Muricy, anteriormente contatado por Mourão para a missão, rumo ao Rio de Janeiro<sup>5</sup>. A mobilização teria tido início entre as 4 e 5 horas da manhã. A Guanabara, entretanto, só iria saber da movimentação das tropas às 17 horas quando o General leu o seu Manifesto, encontrando-se o Destacamento Vanguarda já articulado para caminhar em direção à antiga capital da República.

O jornal ÚLTIMA HORA (UH), por sua vez, ao se referir ao golpe, somente utiliza como marco cronológico o dia 1º de abril, ou mesmo o mês de abril de 1964. Para Paulo Francis, estes diferentes marcos atuam mesmo como divisores entre as avaliações acerca do que aconteceu em 1964: “a linha divisória do gramado fica entre quem chama 1964 de revolução e quem chama de golpe, com o corolário de que, para os revolucionários, aconteceu em 31 de março, e para os contestadores, em 1º de abril, o dia mundial do bobos.”<sup>6</sup>

Em termos cronológicos, o que aconteceu no início de abril de 1964, na seqüência da mobilização deflagrada pelos Generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes?

Ainda no dia 31 de março, sabedor do levante do General Mourão, o Presidente João Goulart reúne-se com os Ministros da Marinha e da Aeronáutica, os Comandantes do I Exército e da Vila Militar e o Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República.

No dia 1º de abril tomam-se decisões importantes e definitivas.

O General Amauri Krueel, Comandante do II Exército (região de São Paulo), de quem se esperava lealdade a João Goulart com quem possuía relações pessoais (eram compadres), após algumas hesitações, adere ao movimento golpista e ordena a suas tropas que se movam para o Rio de Janeiro a fim de se reunir às do General Mourão. Caio Navarro de Toledo assim explica este momento:

Relata a ‘crônica do golpe de 1964’ que, antes de tomar a sua ‘grave decisão’, o gal. Krueel telefonou para o presidente da República instando-o para ‘abrir mão de suas bases políticas’. Em outras palavras, Krueel exigia que Goulart proibisse o CGT, o PUA, a UNE e todas as demais ‘entidades subversivas’. Em troca, prometia o militar, teria ele garantido o seu mandato presidencial. Diante da recusa de Jango, o Gal. Krueel teria ‘lavado as mãos’...<sup>7</sup>

Na mesma data, o General Moraes Âncora - substituto interino no Ministério do Exército do General Jair Dantas Ribeiro que havia adoecido -, acompanhado por dois outros generais, vai ao Palácio das Laranjeiras sugerir ao Presidente João Goulart que deixe a Guanabara por falta de segurança. O Presidente dirige-se então para Brasília.

No mesmo dia, o General Âncora reúne-se com o General Krueel

na Academia Militar de Agulhas Negras, desiste do combate e, conseqüentemente, da defesa da legalidade. Ele passa, com suas tropas, para o lado dos golpistas.

Na madrugada do dia 2 de abril, horas depois de ter chegado a Brasília, João Goulart dirige-se para Porto Alegre. Entretanto, o dia 2 seria marco de mais um importante passo rumo à consolidação da situação ilegal. Na presença, em território nacional, do legítimo Presidente da República, o Congresso declarou vaga a Presidência e empossou o Presidente da Câmara Ranieri Mazzilli, gesto rapidamente saudado pela diplomacia norte-americana. Indignado, Moniz Bandeira assim descreve a situação:

Não obstante, sabendo que ele [refere-se a João Goulart] se encontrava em território nacional e não renunciara, o Senador Auro de Moura Andrade, Presidente do Congresso, convocou uma sessão extraordinária e, ao abri-la, declarou em breves minutos, violentando as normas constitucionais e o próprio Regimento Interno da Casa, a vacância do cargo. Consumou-se, assim, o golpe de Estado. Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados, chegou dessa maneira ao Palácio do Planalto. Não se observou qualquer formalidade legal, como, por exemplo, a votação do impeachment. Mas bastou para que Gordon<sup>8</sup> recomendasse o reconhecimento do novo Governo, ilegítimo e inconstitucional, e Johnson<sup>9</sup> telegrafasse imediatamente a Mazzilli, felicitando-o pela sua investidura na Presidência da República.<sup>10</sup>

Dois dias mais tarde, a 4 de abril de 1964, o Presidente João Goulart, parte do Rio Grande do Sul e cruza a fronteira para o Uruguai, onde se asila.

Em nossa concepção parece-nos importante assinalar, na linha do que observa Paulo Francis, que a conspiração civil-militar que se desenrola no Brasil em 1964 não poderia ser considerada como uma revolução, assumindo nítidas características de um golpe de Estado. Isso, independentemente da datação que adotarmos.

Na realidade, ao longo da pesquisa que empreendemos e na análise de diferentes especialistas no período encontra-se uma diversidade de denominações para o que ocorreu no Brasil em 1964, dentre as quais podem se destacar os termos: golpe, revolução, contra-golpe e contra-revolução.

O verbete “revolução” do Dicionário de Política registra que esta é a “tentativa acompanhada do uso da violência, de derrubar

as autoridades políticas existentes e de as substituir, a fim de efetuar as profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera sócio-econômica”<sup>11</sup>. Ao caracterizar a revolução de massa, o autor diz que é feita para subverter as esferas política, social e econômica, para o que necessita de grande participação popular carreando, conseqüentemente, um vasto potencial de oposição gerando um processo de lutas prolongado com elevado índice de violência interna. Desse modo, o termo revolução é, geralmente, utilizado para momentos de ruptura e de grande aceleração de mudanças carregando atrás de si um índice mobilizatório que atinge parcela significativa da população da região envolvida.

Por oposição, o verbete busca definir contra-revolução. Observa que esta “pode ser entendida não só como movimento subsequente a uma Revolução vitoriosa, com o objetivo de destruir suas vantagens, mas também como um movimento orientado tanto a impedir que se dê uma Revolução, quanto a pôr obstáculo a mudanças de grande envergadura que ameaçam seriamente as bases do poder de certos grupos dominantes”<sup>12</sup>.

No mesmo verbete encontra-se a preocupação em estabelecer as fronteiras entre a revolução e o golpe de Estado. Contraposto ao primeiro, o segundo termo, segundo Gianfranco Pasquino, “configura apenas como uma tentativa de substituição das autoridades políticas existentes dentro do quadro institucional, sem nada ou quase nada mudar dos mecanismos políticos e sócio-econômicos” sendo “levado e feito por um escasso número de homens já pertencentes à elite, sendo por conseguinte, de caráter essencialmente cimeiro”<sup>13</sup>. O autor chega a distinguir entre dois tipos de golpe: o reformista (mudanças importantes na política ao lado de transformações sócio-econômicas limitadas. Escassa participação popular, pouca luta e violência interna) e o palaciano (apenas substituição de líderes políticos. Participação popular ausente, luta e violência interna quase inexistentes).

Analisando-se o verbete “golpe de Estado” no mesmo Dicionário de Política encontramos, entretanto, inicialmente, a observação de que o termo viveu diversas configurações ao longo do tempo sendo que o único traço comum entre elas reside no fato de que ele é “um ato realizado por órgãos do próprio Estado”<sup>14</sup>. Para este autor procurar diferenciar golpe de Estado de revolução com base no fato de que o primeiro realizaria somente mudanças de pequeno porte (uma “revolução menor”) enquanto que o segundo geraria um processo em que seria instaurado um novo ordenamento político e jurídico, traz um impasse. A saber, o golpe de Estado implica na instauração de um novo poder de fato que

imporá a legalidade, portanto, leva a um novo ordenamento jurídico. Barbé conclui que a melhor definição de golpe de Estado é aquela que se apoia em suas manifestações históricas concretas. Constrói assim, alguns indicadores. O golpe de Estado é efetuado por órgãos do Estado e, contemporaneamente - avalia que, nos anos 70, mais da metade dos países do mundo tinha governos oriundos de golpes de Estado -, é, geralmente, levado a cabo pelas Forças Armadas ou conta com a sua cumplicidade. Pode ou não ser acompanhado de mobilização política e/ou social e tipicamente promove a eliminação ou dissolução dos partidos políticos. De modo geral, as conseqüências dos golpes mais habituais são as simples mudanças efetuadas na liderança política.

Deste modo, caracterizar a mobilização das tropas dos generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes em fins de março de 1964, no Brasil, e os acontecimentos subseqüentes como revolução faz parte de uma tentativa de conferir legitimidade e positividade aos eventos, levada a efeito por seus participantes diretos ou pelos que, com ele, de um modo ou de outro, coadunam.

Gianfranco Pasquino observa que, tanto entre estudiosos conservadores como entre os de tendência progressista, encontra-se em crise a idéia de revolução, a esperança de mudanças totais. Segundo ele, isto se deve, de um lado, às melhorias observadas no que se refere à democracia política, igualdade social e desenvolvimento econômico nos países que não experimentaram revoluções se comparados aos que as vivenciaram, notadamente no século XX. De outro, chegou-se à conclusão que, nos complexos sistemas modernos, somente se poderia caminhar para uma revolução mediante uma desagregação total o que tornaria mais difícil a introdução de melhoramentos para vastos setores da população.

Não são diferentes as observações feitas por Daniel Aarão Reis Filho<sup>15</sup>, ao notar que, nos anos 60, a idéia de revolução encontrava-se na ordem do dia, ao passo que, atualmente, o mesmo não ocorre e a revolução “saiu de moda”. Para ele, o fato de a mesma possuir, anteriormente, uma imagem positiva que se manifestava em movimentos diferenciados no Brasil e no exterior, contribui para explicar porque o conceito foi apropriado pelos promotores da ruptura institucional de 1964.

Entender 1964 - Brasil como um contra-golpe implica em compreender a derrubada de João Goulart como tentativa de deter uma manobra continuista do Presidente, que estaria em curso. A queda de João Goulart seria, portanto, derivada da própria atuação

presidencial: a uma tentativa de golpe do Presidente no poder, a resposta seria o contra-golpe preventivo. Entender como contra-revolução implica em avaliar a composição das forças sociais, em jogo no momento da emergência da destruição da ordem vigente, como passível de provocar uma convulsão social capaz de romper com esta mesma ordem e instaurar uma nova em que haveria grande alteração desta correlação de forças, com a tendência de predomínio de interesses de parcela majoritária da população.

A idéia de um contra-golpe parte mais das colocações dos próprios golpistas na tentativa de justificar a ruptura institucional como necessária para deter uma eventual manobra continuista do Presidente João Goulart. A hipótese de uma contra-revolução preventiva é negada pelo desenrolar dos acontecimentos, caracterizados pela ausência quase completa de reações de resistência organizadas ao golpe de Estado perpetrado.

Entendemos que o que aconteceu no Brasil em 1964 deve ser qualificado como golpe de Estado e, nesse sentido, estamos querendo dizer que grupos diferenciados internos - como setores empresariais, setores médios de profissionais liberais de diversas ordens, parte do clero, parcela significativa dos militares - aliados a interesses externos, conspiraram e conseguiram derrubar o Presidente João Goulart, em claro atentado à ordem institucional vigente, o que não foi seguido de intensa mobilização popular. Com a vitória da articulação, ocorre o encaminhamento no sentido do predomínio de um modelo de desenvolvimento econômico alinhado ao capital externo. Transformações de fundo na estrutura social do País não seriam empreendidas.

Estas considerações em torno da nomenclatura a adotar, relativamente ao que ocorreu na mudança institucional brasileira, a partir de 1964, levam-nos a refletir acerca das articulações construídas em torno da queda do presidente constitucionalmente eleito: João Goulart.

Militares entevistados<sup>16</sup> constróem a visão segundo a qual não havia um plano articulado para a derrubada de Goulart e que alguns fatores acabaram sendo fundamentais para a passagem dos militares legalistas para o outro lado. Caso clássico seria o do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco que teria relutado com seu legalismo até o final na fidelidade ao governo instituído. Segundo esses militares, o apoio do presidente à insubordinação de setores de baixo escalão dentre as Forças Armadas, às vésperas do golpe, representou a “gota d’água” que faltava para transbordar o descontentamento da oficialidade. O

apoio presidencial, de uma só vez, rompeu com os pilares tradicionais que sustentam as instituições das Forças Armadas: a disciplina e a hierarquia.

Na visão desses militares, portanto, não havia plano pré-estabelecido. Chegam a dizer que eles não eram “a favor” de algo e sim eram “contra” o status quo vigente de ruptura da hierarquia e disciplina, corroendo as Forças Armadas brasileiras. Nesse sentido, questões circunstanciais acabaram unindo interesses e contribuindo para deflagrar o golpe. O plano de governo, foi estipulado a posteriori e confiado aos tecnocratas da equipe econômica.

Autores, já clássicos, que analisam o momento, entretanto, entendem que, no Brasil, para concretizar a derrubada de Goulart, aliaram-se os interesses do chamado “capital nacional associado-dependente”<sup>17</sup>, ao lado do capital multinacional, além de setores dentre os militares, especialmente aqueles organizados em torno da Escola Superior de Guerra (ESG)<sup>18</sup> e que se vinculavam, desde o término da II Guerra Mundial aos interesses e estratégias articulados pelas Forças Armadas e pelo governo dos EUA.

Maria Helena Moreira Alves entende que no governo Goulart, uma série de contradições que se encontravam na forma latente, se aguçaram e se tornaram assim, contradições fundamentais, opondo de forma inadiável os interesses representados pelas forças sociais que apoiavam João Goulart a interesses internacionais e os nacionais a eles associados que se sentiram contrariados por diferentes questões: restrições ao capital estrangeiro, política de controle da remessa de lucros, pagamento de royalties e transferência de tecnologia, legislação antitruste, além da política nacionalista de apoio e subsídios ao capital privado nacional. Assim:

Foi em reação a esse tipo de crise que as classes clientelísticas brasileiras vieram a desempenhar um papel decisivo na criação e desenvolvimento de uma forma autoritária de capitalismo de Estado. E é nesse contexto que podemos compreender a ideologia da segurança nacional: um instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não-democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente.<sup>19</sup>

É a própria autora que, ao vincular o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco ao complexo setor de informações

construído antes da perpetração do golpe, derruba a hipótese concebida pelos militares acima citados. Segundo a pesquisa realizada por ela, o setor de informações, antes de março de 1964, já possuía dossiês construídos acerca de aproximadamente 400.000 pessoas.

Parece-nos prioritário, ao concluir essas reflexões acerca desse momento tão complexo e rico da História do Brasil, destacar alguns aspectos.

A campanha desestabilizadora e, por vezes, pessoalmente ofensiva, voltada para o governo e, particularmente para o presidente João Goulart, levada a cabo por amplos setores da imprensa brasileira, foi enfaticamente realizada de molde a que possamos pensar numa direção arquitetada rumo a um objetivo a ser alcançado: a derrubada do governo constitucionalmente eleito.

O dado apresentado por Maria Helena Moreira Alves, envolvendo a ESG e, especificamente, aquele que viria a ser o primeiro presidente pós-64, implica em localizarmos a existência de uma conspiração cuidadosamente traçada, nesse caso, através do levantamento de informações acerca de parcela da população brasileira, conspiração essa a que parte das nossas Forças Armadas não se eximiram de participar ativamente.

O embaixador dos EUA no Brasil no período, Lincoln Gordon, tem constantemente negado a hipótese de uma participação do governo do presidente Lyndon Johnson nas articulações pela derrubada de Goulart, através, dentre outras, da operação que ficou conhecida como "Brother Sam". Entretanto, essas suas declarações podem ser postas em dúvida pelo recente lançamento da transcrição das gravações em fitas do governo Johnson entre 1963 e 1964<sup>20</sup>. Estas vêm reafirmar os claros interesses e o elevado grau de intervenção da política norte-americana nos rumos do governo brasileiro nesse período conturbado.

Acreditamos que, no início dos anos 60 no Brasil, importantes interesses de setores da sociedade civil no Brasil, de parcela das Forças Armadas brasileiras aliam-se a interesses do capital multinacional (particularmente norte-americanos) e desencadearam uma campanha sem tréguas ao governo João Goulart que, entendiam, exacerbava, com seus projetos e atitudes, o prejuízo dos interesses representados por essa junção.

Fatores circunstanciais, como, por exemplo, o comício da Central do Brasil com a reafirmação da execução das chamadas Reformas de Base dentro dos planos governamentais e, mesmo,

o apoio presidencial à revolta de setores de baixo escalão das Forças Armadas contribuíram para tornar insustentável, do ponto de vista desses interesses aliados, a continuidade do governo João Goulart.

Assim, foi articulado o golpe de Estado que, se inicia de modo imprevisível e incontrolável, a partir de 30 de março, configurando-se com clareza nos primeiros dias do mês subsequente e fechando o ciclo no dia 04 de abril com o asilo do presidente João Goulart no Uruguai.

## Notas

<sup>1</sup> THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria - ou um planetário de erros**. RJ, Zahar, 1981.

<sup>2</sup> Estou me referindo à minha tese de Doutorado (**Caminhos cruzados: Imprensa e Estado Autoritário no Brasil - 1964-80**) defendida na FFLCH/USP, em 25/11/1994. Neste trabalho acompanho artigos elaborados pelos jornais **O ESTADO DE S. PAULO** e **ÚLTIMA HORA** (RJ) em seus posicionamentos relativos ao regime militar inaugurado no Brasil em 1964.

<sup>3</sup> Os conspiradores haviam marcado a data do levante para 2 de abril de 1964.

<sup>4</sup> O golpe na estrada. SP, **Veja**, 30mar1994. p. 38.

<sup>5</sup> Essa cronologia inicial do regime militar, bem como as reações do General Olympio Mourão Filho encontram-se bem documentadas em SILVA, Hélio. **1964: Golpe ou Contragolpe?** RS, L&PM, 1978.

<sup>6</sup> FRANCIS, Paulo. **Trinta anos esta noite: 1964, o que vi e vivi**. SP, Cia. das Letras, 1994. p. 11.

<sup>7</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. SP, Brasiliense, 1993. p. 105.

<sup>8</sup> O texto se refere a Lincoln Gordon, embaixador dos EUA no Brasil.

<sup>9</sup> Aqui a referência é a Lyndon Johnson, presidente dos EUA no momento.

<sup>10</sup> BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart. As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)**. RJ, Civilização Brasileira, 1983. p. 183.

<sup>11</sup> PASQUINO, Gianfranco. "Revolução". In:- BOBBIO, Norberto et alii. **Dicionário de Política**. Brasília/DF, UnB, 1992. p. 1121.

<sup>12</sup> Idem: 1129.

<sup>13</sup> Idem: 1121.

<sup>14</sup> BARBÉ, Carlos. "Golpe de Estado". Op. cit.: 545.

<sup>15</sup> Referimo-nos às observações feitas por Daniel Aarão Reis Filho em Conferência intitulada "A experiência da luta armada nas esquerdas brasileiras", parte de uma semana de debates sob o tema geral: **1964:**

***Nunca Mais!***, promovida pelo Departamento de História da FFLCH/USP. Realizou-se no dia 16 de setembro de 1994, nas dependências do Anfiteatro do referido Departamento.

<sup>16</sup> Estamos nos referindo ao trabalho realizado pelo CPDOC-FGV/RJ de realização de entrevistas com um grupo específico de militares (de média oficialidade no momento do golpe e que depois da configuração do mesmo viveram importantes papéis na montagem e consolidação desse Estado) e que produziu uma trilogia que busca recuperar a memória militar acerca do período 1961-1985. Especialmente interessa-nos, neste momento, o primeiro volume da trilogia: D'ARAÚJO, Maria Celina et alii (org.). ***Visões do golpe: a memória militar sobre 1964***. RJ, Relume-Dumará, 1994.

<sup>17</sup> Esse termo é utilizado pelos que pensam a estruturação das relações internacionais a partir da chamada "Teoria da dependência" que entende que há um sistema capitalista mundial dividido entre nações desenvolvidas e as não-desenvolvidas, portanto, separado entre centro e periferia. Segundo esses analistas, forma-se uma relação de dependência entre os países da periferia (não-desenvolvidos) e os do centro (desenvolvidos) o que permite, inclusive, a criação de uma relação muito peculiar da parte das classes dominantes das nações periféricas em relação aos países centrais. Segundo alguns autores, essas classes tendem a atuar de forma clientelística, entendendo como se fossem seus os interesses dos países desenvolvidos e trabalhando na direção da consecução desses interesses. Essa análise encontra-se claramente delineada no importante texto acerca do período: ALVES, Maria Helena Moreira. ***Estado e oposição no Brasil (1964-1984)***. Petrópolis, Vozes, 1984.

<sup>18</sup> René Armand Dreifuss, na sua importante pesquisa (***1964: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe***. Petrópolis, Vozes, 1981), constrói a hipótese segundo a qual se realizou uma associação de interesses mobilizando forças distintas que atuaram em conjunto na forma do "complexo ESG/IPES/IBAD". O autor está se referindo, além dos militares organizados ao redor da ESG, ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), segundo ele, duas instituições de fachada que agiram de forma orquestrada, entre outros aspectos, para desestabilizar o governo Goulart.

<sup>19</sup> ALVES, Maria Helena Moreira, op. cit.: 23.

<sup>20</sup> BESCHLOSS, Michael R.. ***Taking Charge. The Johnson White House Tapes, 1963-1964***. New York, Simon & Schuster, 1997.

